

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

O Presidente do Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente, faz saber: O COMDEMA constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)) e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

O Presidente do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: O CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville ([Lei Complementar Nº 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Resolução CMSB Nº 01/2018](#) , [Resolução CMSB Nº 01/2020](#)) e suas atualizações.

Ata Conjunta da Reunião Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal do Meio Ambiente, e do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada em 01/11/2023.

No primeiro dia do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, às dez horas, reuniram-se, em conjunto, o COMDEMA Conselho Municipal do Meio Ambiente e o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada nas dependências da ACIJ Associação Empresarial de Joinville, na Av. Aluísio Pires Condeixa, 2550 - Saguacu, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os Conselheiros do COMDEMA, [Decreto 53.364, de 23 de fevereiro de 2023](#) e suas atualizações, [mandato](#) de 01/03/2023 à 28/02/2025: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Pedro Toledo Alacon, da CAJ; Lucas Peres Farias, da SES; Sandra Denise Kruger Alves, da UDESC; Vanilson Marcelino Costa, da SED; Rodrigo Luis da Rosa, do CEAJ; Fabiano Santangelo, da OAB; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Francisco Maurício Jauregui Paz, do Sinduscon; Cristina Jandrey Silva, da ALOJ; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Leticia Panaro

Lunardi, da ACIJ; Jonas de Medeiros, do Rotary; Tiago Corrente Medeiros, da PMA; Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Marília Gasperin dos Santos, da Seinfra; Rafael Ribeiro, da SAP; Troy Roger Lemke, da SDE.UDR; Priscila De Lima Watanabe Quandt, do Secovi; Valquiria Viviani Rodrigues Backes Forster, da SAS; e, Amílcar Nicolau Pelaez, do Sindserraria. [Estiveram Presentes](#) os Conselheiros do CMSB, [Decreto 45.667, de 31 de janeiro de 2022](#) e suas atualizações, [mandato](#) de 01/02/2022 à 31/01/2024: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; Jonas de Medeiros, do Rotary; Marília Gasperin dos Santos, da Seinfra; Emerson Siqueira, do Sinduscon; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Willian Marcel Gorniack, da Ambiental; Daniel Kandler Signori, da AJECI; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; e, Luisa Helena Jordan, do OSB. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, da SAMA; Arlino Raulino, da PMJ; Odilon Amado, da ABREMA; Rafael Meira Salvaron, da Nova Engenharia MPB; Marcele Figueiredo de Luca, da SAP; Cesar Rehnolt Meyer; Daniel Kandler Signori, da AJECI; Cristina Henning da Costa, da SAMA; Andressa Salgueiro Baigorria, da OAB; Renan Oliveira, do Sinduscon; Pablo Cunha, da Nova Engenharia MPB; e, João Victor Galvan, da SAMA. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovações: 1.1) Aprovação da Ata COMDEMA Reunião 11/10/2023; 1.2) Aprovação da Ata CMSB Reunião 17/10/2023; 2) Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), por MPB Engenharia; 3) Programa Esgoto Legal, por UGA; 4) Sugestão de Pauta e Palavra Livre.** O Presidente dos Conselhos Comdema e CMSB, Fábio João Jovita, cumprimenta a todos e, verificado o quórum de ambos os Conselhos, dá início a reunião conjunta. **Pauta 1) Aprovações: item 1.1) Aprovação da Ata Comdema Reunião 11/10/2023;** O Presidente Fábio Jovita questiona se todos os Conselheiros do Comdema receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. O Secretário do Conselho, José Augusto de Souza Neto, informa que a Conselheira Andressa Salgueiro Baigorria, da OAB, havia solicitado um acréscimo na Ata, sobre um diálogo ocorrido na reunião, e que este já havia sido inserido, e não ocorrendo mais manifestações ou demais considerações, foi colocada em votação a Ata da reunião plenária do dia 11/10/2023, a qual foi Aprovada, registradas quatro abstenções. **Pauta 1.2) Aprovação da Ata CMSB Reunião 17/10/2023:** O Presidente Fábio Jovita, questiona se todos os Conselheiros do CMSB receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações, foi colocada em votação a Ata da reunião plenária do dia 17/10/2023, a qual foi Aprovada, registradas três abstenções. **Pauta 2) Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), por MPB Engenharia:** O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita, cede a palavra para o Engº Rafael Meira Salvaron, da Nova Engenharia MPB, que cumprimenta aos Conselheiros, agradece pela oportunidade, iniciando sua fala relatando sobre a Consulta Pública realizada durante os dias 24 e 25 de outubro, com o objetivo de receber contribuições da população, inerentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico. Rafael expõe que a empresa está atualmente na etapa três do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que consiste em um total de 7(sete) etapas com 22(vinte e dois) produtos ao todo, com a empresa atualmente desenvolvendo o Produto 12, e informa também que serão apresentados na reunião os dados dos Produtos 4 à 11. Rafael comenta que as informações apresentadas foram coletadas entre os meses de janeiro e junho do ano de 2023, e que a previsão é encerrar todas as 7(sete) etapas até o mês de março do ano de 2024, estando previsto para ainda esse ano encerrar as etapas 3(três) e 4(quatro), enquanto as etapas 5(cinco), 6(seis) e 7(sete) estão previstas para serem finalizadas até o mês de março do ano de 2024, sendo essas as chamadas etapas complementares. Rafael comenta também que o município foi dividido em 8(oito) setores de mobilização, nos quais seriam realizadas 3(três) rodadas de oficinas públicas com o intuito de discutir com a comunidade questões relacionadas aos serviços de saneamento, das quais duas etapas já ocorreram, além de informar que está sendo programada a primeira de duas audiências públicas para ocorrer entre os dias 12 e 14 de dezembro e, após isso, encerra sua parte da apresentação, sendo sucedido nas explanações pelo Engº Pablo Cunha, da Nova Engenharia MPB. Pablo cumprimenta a todos, agradece aos Conselhos pela oportunidade, e inicia sua fala comentando que como é de conhecimento, a CAJ possui a concessão dos serviços de água e esgoto no município de Joinville, com índice de atendimento total da população em 97,5%, e da população urbana especificamente em 99,24%. Com a aprovação do novo Marco Legal do Saneamento, a meta prevista é de que até o ano de 2033 a CAJ esteja atendendo 99% da população total do município com o serviço de abastecimento de água, sendo que a população rural atualmente atendida corresponde a 49% do total apenas. Com relação à capacidade de produção, Pablo informa que existem atualmente dois sistemas produtores, apresentando um mapa com os setores operacionais de distribuição de água, além dos reservatórios, principais adutores e dois sistemas produtores responsáveis por abastecer todo o município, com uma capacidade de produção de 2.440 litros

por segundo, comentando também que existem ao todo 19 setores operacionais, sendo 13 abastecidos pelo Sistema Cubatão e seis abastecidos pelo Sistema Pirai, isso significa que a ETA Cubatão atende aproximadamente 73,4% do município, e que sua capacidade de produção sozinha corresponde a 1.850 litros por segundo, informando também que o Rio Cubatão, que atende o sistema tem outorga para captar até 17,7 m³/s, o que dá uma captação instantânea máxima de 2.954 litros por segundo. Pablo comentou que no relatório elaborado foram detalhadas as informações de componente do sistema de tratamento, a capacidade do sistema, como o sistema opera, entre outras. Com relação ao Sistema Pirai, Pablo comenta que também foi visitada a estação de tratamento e coletados esses dados, informando que o Sistema Pirai possui muitas diferenças com relação ao Sistema Cubatão, e que na capacidade inicial do projeto da ETA Pirai era de 450 litros por segundo e, com as melhorias já realizadas no sistema, passou a operar com 590 litros por segundo, o que permitiu que fosse suprida a demanda da época, comentando também que, durante a coleta dessas informações, também foi elaborado um relatório de demandas calculando as demandas para os próximos 20 anos com o objetivo de verificar se os sistemas atuais serão capazes de suprir as necessidades da população no futuro e que, para suprir a demanda, a CAJ já vem planejando para os próximos anos a implantação de um novo sistema, o Pirai Sul, que irá suprir as demandas com alguma folga. Com relação ao sistema de reservação, Pablo informa que a norma recomenda que o município tenha pelo menos um terço da vazão máxima de área de reservação, e que hoje o município possui 13 reservatórios que somam 61.750 m³ de reservação, sendo que o município utiliza 56.670m³, o que significa que atualmente o município apresenta um déficit, necessitando de ampliação do sistema de reservação do município, informando que a CAJ já tem planos diretores de água e esgoto que foram analisados e que já estão no relatório as metas que precisam ser atingidas pelos planos diretores, incluindo a ampliação do sistema de reservação. Com relação à rede de distribuição, Pablo comentou que poucos municípios possuem cadastro das redes de água e esgoto, e que a CAJ possui um bom índice de cadastros no município, os cadastros são importantes para identificar registros e outros pontos da rede em que haja necessidade de manutenção, informando que a empresa agora possui um mapa com todas as informações da rede, e que o município possui 3.585 quilômetros de rede de abastecimento, com diâmetros que variam de 20 a 900 milímetros, com 81 estações de bombeamento, dados esses que já estão registrados no sistema da CAJ, informando também que alguns dados coletados durante a elaboração do diagnóstico são do ano de 2022 e que esses dados já estão sendo revistos com o prognóstico, sendo apenas os dados iniciais, como dados do consumo per capita, que estão atualmente em 176,61 L/Habitante por dia, que está dentro da média para um município com as características de Joinville; número de ligações ativas no mês de dezembro de 2022 de 161.881, com número de economias ativas de 243.966, essa diferença entre o número de ligações ativas e o de economias ativas se dá pela quantidade de residências no município, já que em um terreno com uma casa, por exemplo, haverá uma ligação e uma economia ativa, já em um prédio, haverá uma ligação e uma economia ativa por apartamento; índice de hidromedidaçao de 100%, que é um ótimo índice e contribui para a diminuição dos índices de perdas totais de água, que estão atualmente em 41,40%, um número alto, mas que vem caindo a cada ano; índices de perda por ligação, indicando que, atualmente, cada ligação perde 448 litros de água por dia. O Conselheiro Pedro Toledo Alacon, da CAJ esclarece que esse índice de perda total não necessariamente significa que essa água não chega às residências, pois grande parte dessas perdas se dá por ligações irregulares, roubo, perda inerente de hidrômetro, ou seja, que o próprio equipamento acusa uma perda maior do que a real, embora haja sim perda por vazamentos da rede. O Conselheiro Emerson Siqueira, do Sinduscon questiona se existem dados sobre a porcentagem de perdas totais que diminuíram ao longo dos últimos 10 anos, ao que o Conselheiro Pedro Alacon informou que, quando a CAJ foi criada no ano de 2005, estimava-se que as perdas eram de 64%, estando atualmente com perdas de aproximadamente 39%, índice esse abaixo da média nacional. Pablo comenta também sobre os pontos fortes observados no sistema de abastecimento de água do município, ressaltando a existência do plano diretor atualizado no ano de 2022 com um planejamento bem detalhado e que já atende às diretrizes e metas do novo Marco Regulatório do Saneamento, e que o objetivo é incorporar essas ações do Plano Diretor, no Plano Municipal de Saneamento; o fato de o sistema de abastecimento abranger 99,26% da população total do município; a existência de um estudo para a ampliação da capacidade de produção, que prevê uma produção maior que a demanda e está previsto para início das obras no ano de 2025; o fato de as unidades que compõem o sistema de produção e distribuição estarem com a manutenção em dia, além do alto nível de monitoramento dessas unidades; presença de programa de controle de perdas efetivo; automatização de grande parte do sistema, possibilitando melhor controle e visualização; implementação gradativa de Zonas de Medição de Controle, que permite um maior controle na vazão de entrada e de pressão; controle efetivo da qualidade de água captada, tratada e distribuída; e, boa regularidade do serviço de abastecimento com índice de disponibilidade dos serviços de água igual a 97,6%. Com relação a algumas melhorias que podem ser

planejadas, Pablo citou algumas imprecisões e inconsistências no cadastro de redes mais antigas e anteriores a fundação da Companhia, o que dificulta as manutenções preventivas e corretivas; infraestrutura antiga, que dificulta o abastecimento e ocasiona mais rompimentos e falhas na operação de válvulas adutoras, também relacionada às redes mais antigas; existência de redes antigas, fabricadas com materiais em desuso, embora sejam poucas; o fato de o crescimento da rede não ter acompanhado o crescimento de alguns dos bairros do município, gerando falta de água; o grande número de vazamentos e quebra de equipamentos causados por terceiros executando serviços na cidade; e o volume de reservação estar abaixo do recomendado. Com relação ao sistema de esgotamento sanitário, Pablo comenta que hoje em dia, a CAJ já tem o planejamento de ampliação da rede para atender uma maior parte da população, e que nos próximos anos o município contará com seis grandes sistemas de esgotamento sanitário, tendo atualmente duas grandes ETES em operação, a ETE Jarivatuba e a ETE Espinheiros, além de mais 16 pequenos sistemas em operação e quatro novas ETES planejadas para operarem nos próximos anos, sendo essas a ETE Vila Nova, ETE Vertente Leste e ETE Pirabeiraba, ETE Jardim Paraíso, estando essa última inclusive planejada para começar a operar no ano de 2024, e que no plano diretor há o planejamento para que a cobertura pelo sistema de esgoto atinja o novo marco legal de saneamento, que prevê que os municípios devem, até o ano de 2033, atender 90% da sua população com o sistema de esgoto. Assim como o sistema de água, Pablo comentou que também há o cadastro das informações sobre o sistema de esgotamento sanitário, que possui uma extensão aproximada de 833km, com diâmetros que variam entre cem e 1.500 milímetros, contudo, a extensão da rede em operação é de aproximadamente 618km, isso se dá pois a parte restante corresponde a uma parte da rede que foi construída, porém não está em operação pois ainda é preciso realizar relatórios para posteriormente interligá-la as estações de tratamento. Já a extensão de troncos coletores é de aproximadamente 25,38km, com 18km em operação, enquanto a de troncos interceptores é de 8,57km. Em função das características topográficas do município, diferentemente do sistema de água, o sistema de esgoto necessita de estações elevatórias para passar os resíduos por locais mais inclinados e leva-los até as estações de tratamento e, por essa razão, existem atualmente 108 estações elevatórias no município, Pablo comenta também que na consulta pública uma questão levantada pela população foi o porquê de a taxa de esgoto ser sobre 80% da tarifa da água e que, segundo Pablo, há municípios que cobram mais, o que se justifica pelo alto custo do tratamento de esgoto, que é muito maior do que o custo do tratamento da água disponibilizada para a população. Pablo também apresentou dados sobre as ETES que já estão em operação no município, informando que a ETE Jarivatuba, no bairro Paranaguamirim é a maior estação em operação na cidade e a maior do estado em questão de capacidade de tratamento, operando com 600 litros por segundo por meio do processo de lodos ativados, enquanto a ETE Espinheiros também opera pelo sistema de lodos ativados e possui vasão de tratamento de 41 litros por segundo, informando também que a ETE Espinheiros passou por uma reformulação recente pois a população que mora nas proximidades relatou sobre incômodo com o cheiro forte vindo da estação de tratamento. Assim como com o sistema de tratamento de água, Pablo apresentou os principais pontos fortes do sistema de tratamento de esgoto, ressaltando o plano diretor extremamente detalhado do sistema; a concepção do sistema de coleta e tratamento de esgoto já projetado para toda a área urbana do município; a automatização de grande parte das unidades que compõem o sistema de coletas e tratamento de esgoto; o controle efetivo da qualidade do efluente tratado; a elaboração de campanhas educacionais para informar sobre o uso correto da rede coletora e a forma correta de ligação com a rede de esgoto promovida pela CAJ; e, alto monitoramento dos componentes do sistema, bem como sua manutenção em dia. Com relação às melhorias recomendadas, Pablo pontuou as divergências entre o projeto e a implementação da rede coletora, na qual não foram seguidas especificações técnicas recomendadas; o fato de que apenas 44% do município ser atendido pela rede de esgoto levando em consideração que planeja-se atingir 90% da população coberta pelo sistema dentro dos próximos 10 anos, e que os investimentos necessários para que se atinja essa porcentagem seria entorno de um bilhão de reais. O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita questiona se esses números levam em consideração apenas ocupações regulares ou se incluem irregulares, uma vez que existe muito adensamento irregular no município, no que Rafael Meira Salvaron, da Nova Engenharia MPB, informa que o índice é calculado com base no número de economias de água das ocupações atendidas pela rede de esgoto, e que se há ocupações irregulares e sem ligação de água elas não estarão registradas no índice. Pablo encerra sua fala e devolve a palavra para o Eng^o Rafael Meira Salvaron, que inicia sua fala sobre os serviços manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana comentando que essa é foi à etapa mais complexa do diagnóstico, tendo até sido dividida em dois relatórios, e informa que o município de Joinville terceiriza os serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos urbanos tanto de coleta convencional quanto seletiva e de resíduos da saúde através por meio de concessão da empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., ficando a Seinfra responsável pela gestão e fiscalização do contrato de concessão. Rafael comenta que,

segundo dados do ano de 2022, a média de geração de resíduos e Joinville é de 166mil toneladas por ano, o que consiste em uma geração de 0,74kg por habitante a cada dia, enquanto a média nacional é entre 0,80kg e 1kg por habitante a cada dia, o que significa que o município está abaixo da média nacional, e todo o montante de resíduos produzido é absorvido pelas coletas convencional, que é encaminhada ao Aterro Sanitário Municipal e coleta seletiva, que é doada às associações e cooperativas cadastradas na Prefeitura. Sobre o Aterro Sanitário, Rafael expõe que o local recebe, em média, 430 toneladas e resíduos por dia dos municípios de Joinville e Barra do Sul, e estima-se que sua vida útil seja até o ano de 2035, sua atual licença de operação é válida até 27/03/2027. O município conta também com seis unidades de triagem cadastradas, sendo uma no bairro Vila Cubatão, uma no Bairro Jarivatuba e quatro no bairro Aventureiro, com as cargas sendo distribuídas de forma equitativa nas unidades, onde os materiais são separados e os recicláveis são vendidos. Outro ponto apresentado nos relatórios finais foi à caracterização dos resíduos sólidos urbanos produzidos no município, no que Fernando comentou que foram realizados 72 ensaios, através de 58 amostras de coleta convencional e 14 amostras de coleta seletiva, sendo que com relação a coleta seletiva foram realizados um ensaio por bairro, além de ensaios extras em alguns bairros por motivos metodológicos, enquanto para a coleta seletiva foi realizado um ensaio para cada um dos bairros que representavam as categorias criadas para análise. Rafael explicou que os bairros foram agrupados e enquadrados em 12 categorias que foram criadas levando em consideração critérios de renda e uso do solo, tendo sido definido um bairro para representar cada uma das categorias. Através dos dados coletados, foi identificado que o município produz 41,80% de resíduos orgânicos, 41,68% de rejeitos e 16,52% de recicláveis nos resíduos de coleta convencional, enquanto os resíduos de coleta seletiva são compostos de 42,50% de recicláveis, 30,72% de rejeitos, e 26,78% de resíduos orgânicos, também foram avaliados os bairros com melhor desempenho na separação de resíduos, tendo sido os bairros América, Nova Brasília, Morro do Meio, Santa Catarina e Jarivatuba, enquanto os com pior desempenho são os bairros Glória, Parque Guarani, Jardim Sofia, Petrópolis e Saguauçu. O Conselheiro Pedro Alacon, da CAJ, questiona se é possível computar a quantidade de caminhões não autorizados nos bairros, já que é muito comum catadores autônomos coletarem os resíduos de caminhão, inclusive antes dos próprios caminhões da Ambiental passarem pelos trechos, no que Rafael comenta que isso foi discutido em reuniões com a SAMA e que essas coletas não autorizadas já ocorreram com muito mais frequência e que, embora ainda ocorram, vem diminuindo em decorrência da queda nas vendas desses materiais e pelo aumento do preço do combustível, e que isso interfere sim nos dados coletados, sendo necessário que os municípios aumentem a fiscalização de coletas não autorizadas. A Conselheira Marília Santos complementa que não é possível computar os dados de coletas não autorizadas, além de que o município não possui nenhuma lei contra coleta informal para que se possa tomar alguma providência, a não ser que haja alguma irregularidade na coleta prevista no Código de posturas do município. Marília comenta que um grande problema que pode afetar a separação dos resíduos é conflito de horários entre os caminhões da coleta convencional e coleta seletiva, que em algumas situações passam em um intervalo de poucas horas entre um e outro, o que faz com que o caminhão que chegue primeiro muitas vezes leve ambos os materiais por engano, mesmo estando separados da forma correta. A Conselheira Luisa Helena Jordan, do OSB manifesta que tem observado que os comércios não realizam tanto a separação adequada dos resíduos quanto os moradores das residências, no que Rafael comenta que isso depende de cada pessoa, e que não se deva generalizar como culpado o comércio ou o morador, mas sim que isso seja um comportamento que deva ser trabalhado, citando como exemplo Florianópolis, que possui quatro coletas diferentes, resíduo convencional, seletivo, orgânico e vidro, e que os habitantes começaram a separar os resíduos com base nessa coleta, porém essa mudança de comportamento levou tempo e foi progressiva até que a população se acostumasse a separar os resíduos corretamente. O Conselheiro Maurício Jauregui, do Sinduscon relata que alguns municípios já possuem leis que regulam o fornecimento de sacos de lixo para a população, que compra os sacos de cores diferentes para cada tipo de resíduo e, caso os resíduos não estejam dispostos nos sacos corretos, não são coletados, e que poderia ser uma boa ideia regular algo nesse sentido em Joinville, no que Rafael comenta que Florianópolis, por exemplo, já possui previsto em lei municipal as cores para os sacos e que, o que não está disposto da forma correta realmente não é coletado, e que tudo isso facilita não só na mudança do comportamento dos cidadãos como facilita na identificação para que não haja erros de coletar material destinado à outra coleta. Rafael também apresenta outros tipos de resíduos produzidos pelo município que foram objetos do diagnóstico, que são os resíduos de serviços de saúde, de construção civil, de serviços de transportes, de serviços públicos de saneamento básico, de atividades industriais, de mineração, agrossilvopastoris e resíduos sujeitos à logística reversa, bem como seus locais ou atividades geradoras, comentando que não é possível apresentar dados quantitativos e informações sobre acondicionamento, coleta e destinação final dos mesmos, uma vez que cada um dos geradores desses resíduos

específicos são responsáveis por criar seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, como previsto no art.33 da Lei Federal nº 12.305/2010 e que a maioria dos empreendimentos já possui seu plano de gerenciamento de resíduos, entretanto, o grande problema se dá na implementação do plano, e que é muito difícil para uma Prefeitura fiscalizar a execução dos planos de gerenciamento de todos os geradores de resíduos do município. Odilon Amado, da ABREMA comenta que, caso os municípios necessitem das informações sobre gestão desses resíduos, é possível consulta-las no sistema estadual e ler os relatórios, ao que Rafael complementa dizendo que a SAMA também possui grande parte dessas informações, embora o sistema estadual esteja mais completo, com dados mais específicos sobre quantidade de resíduos produzidos e gestão dos mesmos. O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita, reporta sobre a transição da emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) de modo físico para digital, que será efetivada dentro de um ano, e que essa transição se dá para melhor coleta dessas informações, possibilitado relatórios mais completos do município apresentando esses dados. Com relação aos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, Rafael informa que ficam a cargo da Seinfra, que possui uma unidade específica dentro da secretaria responsável por conduzir e fiscalizar obras de drenagem no território do município, bem como na execução da limpeza de rios, valas e canais, ressaltando que é muito difícil encontrar municípios que possuem uma unidade exclusiva para drenagem. Rafael apresenta também um mapa com as bacias hidrográficas do município, destacando a Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, por ser a única atualmente que possui Plano Diretor Próprio, contudo, já está em processo de edital para que se inicie o planejamento dos Planos Diretores das outras bacias, e que isso será detalhado na fase de planejamento. O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita aproveita o ensejo para comentar que a elaboração dos Planos Diretores das Bacias é uma das propostas da Carta da Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico realizado no mês de setembro. Rafael comenta também que atualmente a extensão total de vias urbanas no município com drenagem é de 1.280km, o que corresponde a 70% das vias urbanas de Joinville, possuindo apenas 327km de rede de microdrenagem cadastrada, embora ao município possua mais de 2(dois) mil km de rede projetada, correspondendo a apenas 10% da rede total cadastrada pela Seinfra, reforçando que, embora seja uma porcentagem pequena de rede registrada, a grande maioria dos municípios nem possui uma unidade que registre esses dados. No ano de 2018, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) identificou 140 setores de risco alto e muito alto no município, com aproximadamente 130 desses setores apresentando riscos de inundação e deslizamento, e Rafael informa que a empresa, em conjunto com a Defesa Civil, percorreu várias dessas áreas, identificando mais áreas de risco, além de realizar registros das áreas, dados esses presentes do relatório final. Dentre as principais causas dos problemas diagnosticados, Rafael informa que o principal foi a ocupação inadequada de áreas próximas a rios, o que impede a manutenção correta dos corpos hídricos, além de destacar alguns dos pontos de melhoria dos serviços de drenagem, ressaltando os problemas de assoreamento de cursos de água, algumas vezes por problemas sistemáticos, enquanto outras vezes se dá por questões técnicas, como a falta de liberação de licenciamento ambiental para limpeza mecanizada em alguns rios, o que dificulta a manutenção do desassoreamento. Rafael ressalta que os serviços de drenagem, de um ponto de vista técnico, estão entre os que mais apresentam problemas no Brasil, visto que não há metas estabelecidas, muito menos é um serviço cobrado por quase que a totalidade dos municípios do país, o que gera falta de recursos para a ampliação e o melhoramento dos serviços, além das questões climáticas que tem aumentado às chuvas e os números de enchentes e, com isso, encerra sua fala agradecendo aos Conselhos e se colocando a disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos Conselheiros. A Conselheira Marcele Figueiredo, da SAP parabeniza Pablo e Rafael pela apresentação, e complementa dizendo que conforme o apresentado, a empresa está realizando a revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, e que a Secretaria gestora desse contrato é a SAP, contando com auxílio da SAMA e da CAJ na análise dos produtos através de grupos de trabalho, informando também que após a finalização do novo Plano, prevista para meados do ano que vem, o mesmo será disponibilizado para a SAMA, que é a gestora das ações de saneamento básico, porém os dados referentes aos produtos finalizados e aprovados já estão disponíveis, comentando também que já estão também no site da Prefeitura os materiais apresentados na consulta pública, reforçando que ainda ocorrerá uma audiência pública em dezembro e, após a confirmação da data, os Conselheiros serão convidados para o evento. O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita agradece ambos pela apresentação, e, sem mais manifestações, declara encerrada a pauta passando para o próximo item.

Pauta 3) Programa Esgoto Legal, UGA: O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita, informa que o Programa Esgoto Legal visa a realização das ligações de esgoto à rede em residências de famílias carentes e dito isso, cede a palavra para a Conselheira Magda Franco, da SAMA, que cumprimenta a todos os demais Conselheiros e agradece pela oportunidade, iniciando sua fala informando que a SAMA recebeu no mês de outubro a manifestação da Procuradoria Geral do Município e que agora, após assinado o parecer da

procuradora, foi encaminhado para a Câmara de Vereadores o Projeto de Lei Ordinária N° 217/23, que possibilitará o uso de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente para financiar o programa, informando também ter realizado a consulta do trâmite do projeto na Câmara, tendo sido o mesmo protocolado no dia 23 de outubro e encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, ainda deverá ser encaminhado para a Comissão de Orçamento e a Comissão de Meio Ambiente. O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita, informa que a previsão é que o Projeto de Lei seja aprovado ainda no mês de novembro e, sendo aprovado, no mês de dezembro o valor já será transferido para a CAJ, que terá até um ano para começar dar início aos serviços do programa, e comenta que o ideal seria repassar esses valores ainda esse ano, visto que não estão previstos no orçamento aprovado para o ano de 2024 e que, caso não seja possível realizar esses repasses ainda esse ano será necessário convocar uma reunião extraordinária para aprovar alterações no orçamento e outra reunião extraordinária para aprovar a Ata da reunião anterior para que os valores possam ser repassados e, dito isso, questiona se algum dos Conselheiros possuem alguma dúvida sobre o programa. O Conselheiro Pedro Alacon, da CAJ pediu para que sejam encaminhadas nos grupos dos Conselhos no WhatsApp as datas em que a proposta de lei será discutida em cada uma das etapas na Câmara de Vereadores quando essas forem definidas para que os Conselheiros estejam cientes. O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita, parabeniza o trabalho da Conselheira Magda e sua equipe e declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita, questiona se os Conselheiros possuem alguma sugestão de pauta e, sem manifestações, relembra que a próxima reunião do COMDEMA está agendada para o dia 06/12/2023 e a do CMSB no dia 19/12/2023, propondo que ambas as reuniões fossem alteradas para o dia 13/12/2023 às 9hrs sendo realizadas de forma conjunta, numa visita ao Parque Bororós, que será inaugurado na localidade do Aterro Sanitário de Joinville, seguindo-se as demais deliberações das Plenárias. Colocada a alteração proposta em votação, foi aceita a unificação das Plenárias, por unanimidade de votos dos Conselheiros de ambos os Conselhos. O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita cede à palavra ao Conselheiro Dr. Fabiano Santangelo, da OAB que comenta que no mês de agosto a Conselheira Dra. Andressa Salgueiro Baigorria, da OAB sugeriu como pauta para reunião do mês de setembro, abordar as "Atribuições e Limites dos Conselheiros na Atuação da Câmara Técnica do COMDEMA", e como a reunião do mês de setembro acabou não ocorrendo por conta da "Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico", ainda não foi possível ter esse assunto em pauta, reiterando o pedido para que na próxima reunião seja deliberado esse tema, no que o Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita sugere que, como a reunião de dezembro será novamente conjunta entre COMDEMA e CMSB, essa matéria fique para a próxima reunião Ordinária do COMDEMA, no dia 7 de fevereiro de 2024. Sem mais manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita agradece a presença de todos declarando encerrada a Reunião Plenária às 11h27, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do Comdema

Joao Victor Galvan
José Augusto de Souza Neto
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 22/02/2024, às 12:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0019403559** e o código CRC **F8128419**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.002324-0

0019403559v5

0019403559v5